



Autopoiese e sistema turístico

Autopoiesis and tourist system

Mariana Pereira Chaves Pimentel

Thiago Duarte Pimentel

Alexandre de Pádua Carrieri

Resumo

A leitura mais usual do turismo é feita segundo a teoria dos sistemas em que se focam as relações entre o sistema e o ambiente, cujos elementos geralmente são tomados como variáveis independentes em função das quais o sistema turístico (ST) se deve adaptar. Porém pouco se discute sobre essa relação, sobretudo nessa ordem. Neste ensaio, visa-se analisar como o meio pode exigir do ST respostas operacionais de funcionamento. Partiu-se de Luhmann, para quem os sistemas são dinâmicos, tanto por seu funcionamento interno, como por suas relações com o ambiente, gerando operações autoconstitutivas ou autopoieticas. Para analisar-se como o meio pode exigir dos ST respostas operacionais de funcionamento, apresentam-se três possíveis ST, delimitados por escalas espaciais: mundial, nacional e regional/municipal. Percebe-se que o ambiente é capaz não só de interferir sobre os ST, afetando o funcionamento, como de distingui-los entre si. Conclui-se que a forma dos ST parece não ser autorreferenciada, mas referenciada por dinâmicas alheias ao sistema.

Palavras-chave: Teoria dos Sistemas, ambiente, autopoiesis, Luhmann, turismo, sistema turístico

Abstract:

The most common reading of tourism is made according to systems theory. It focuses on the relationship between the system and its environment, whose elements are generally taken as independent variables against which the tourist system (ST) must adapt. However, little is discussed about this relationship, particularly in that order. This essay aims to analyze how the environment may require to the ST operational responses of operation. We started from Luhmann, for whom the systems are dynamic, both for its internal operation and for its relations with the environment, generating autopoietic operations. To analyze how the environment may require operational responses of ST operation, we present three possible ST delimited accordingly spatial scales: global, national, and regional/municipal levels. We realize that the environment is not only able to interfere on the ST, affecting their operation, but it is able too as to distinguish them from each other. We conclude that the shape of ST appears to be not self-referenced, but referred to as dynamic outside the system.

Key words: *Systems Theory, environment, autopoiesis, Luhmann, tourism, tourist system*

1. Introdução

O turismo, frequentemente, é visto como um fenômeno que se compõe pela articulação de diversas relações. Constitui relações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais e é por elas constituído. Desse modo, é influenciado pelo meio ambiente no qual se estabelece e é capaz de influenciá-lo. Por essas características, a abordagem mais usual entre os pesquisadores de turismo é a que o concebe como um sistema (BENI, 2001). O sistema, nessa perspectiva, pode ser definido como um conjunto de componentes ordenados e inter-relacionados que se afetam entre si (BERTALANFY, 1973; BUCLKEY, 1971; CHURCHMAN, 1972; KATZ; KAHN, 1986).



Fonte: Leiper (1990) apud Cooper et. al. (2007, p. 37)

Tratado dessa maneira, o conceito de sistema aproxima-se das definições que o concebem como relacionamento entre elementos¹. Mas essa abordagem, segundo Luhmann (2009), não considera a unidade de operação que designa o sistema. Para ele, há que se considerar o princípio de que um único tipo de operação produz o sistema — operação esta que deve ser mediada pelo fator tempo, isto é, o sistema é resultado da recursividade de um mesmo tipo de operação. A operação deve ter a capacidade de concatenar outras operações do mesmo tipo, o que pressupõe uma conexão seletiva das operações, deixando que ocorram, em outro lugar, operações distintas.

A diferença entre sistema e meio resulta, portanto, do simples fato de que a operação se conecta a operações do próprio tipo, deixando de fora as demais operações.

O que importa, no esquema teórico de Luhmann, analisa Cohn (1998), é a concepção eminentemente dinâmica dos sistemas, que aparecem como entidades operacionais, vistas da perspectiva de seu funcionamento em termos de relações internas e, inseparáveis delas, de relações com o ambiente. É nesse sentido que Luhmann reúne condições para inverter a ótica estrutural-funcional de Parsons, ao deslocar a questão de quais as funções requeridas pelo sistema para a questão de como ele é levado a responder a exigências funcionais, vale dizer operacionais de funcionamento.

A partir do momento em que cabe ao sistema responder a exigências funcionais, e essas exigências derivam de relações com um ambiente marcado pela contingência (ambiente, pois, in-

¹ Para Luhmann (2009, p. 89), as definições disponíveis sobre o conceito de sistema tratam-no como relacionamento entre elementos, ou na relação entre estrutura e processo, ou em um autoprocesso estrutural que se conduz a si mesmo.

capaz de orientar a constituição mais adequada do sistema), o sistema enfrenta uma tarefa nova: a de criar por sua conta os próprios elementos e realizar operações autoconstitutivas, para as quais Luhmann adotou o termo *autopoiesis*².

Luhmann (1982, p.132) argumenta que “a agudeza da distinção entre sistema e ambiente pode ser mais importante que o grau de integração”. Isso porque a sociedade moderna é um sistema social de maior grau que qualquer das sociedades tradicionais, o que pode ser uma das razões pelas quais ela não pode prover um alto grau de integração social.

Quando se efetua uma distinção, para Luhmann (2009), traçando-se uma marca que separa duas partes, estabelece-se a forma do sistema. A forma é, portanto, uma linha fronteira que marca uma diferença. O sistema é caracterizado por uma forma composta por dois lados: o próprio sistema e o meio. Nenhuma parte da forma é algo em si mesma, “e se atualizada unicamente pelo fato de que se indica essa parte, e não a outra. Nesse sentido, a forma é autorreferência desenvolvida; mas, mais precisamente, autorreferência desenvolvida no tempo” (LUHMANN, 2009, p. 86).

Segundo Cohn (1998, s/n), toda a ênfase de Luhmann repousa sobre dois pontos: (1) que a forma não é um enquadramento para ações, mas é a condição de operações que individualizam um sistema; (2) que a forma nada tem a ver com a formação de identidades, mas, pelo contrário, é intrinsecamente uma diferença, e só funciona ao reproduzir-se como tal em cada operação do sistema. Assim, “as formas não são diretamente operações, mas são elas que conferem especificidade às operações próprias a cada sistema, ao se reproduzirem nelas”.

Tal consideração teórica sobre a forma, baseada no cálculo matemático de Spencer-Brown, evidencia que a Teoria dos Sistemas opera em um (grifo nosso) lado da forma. Com isso também fica indicado que, apesar da pretensão de universalidade da Teoria dos Sistemas (grifo do autor) [...], existe na teoria da forma um nível mais alto de generalidade e abstração, que poderia ser aplicado às matemáticas, à semiologia, à Teoria dos Sistemas (grifo do autor), e ainda um bom número de temas atualmente em discussão: meio/forma; acoplamento débil/acoplamento forte... (LUHMANN, 2009, p.88).

² O conceito de autopoiesis deve designar a circularidade da autorreprodução. Assim, sistemas autopoieticos são sistemas que precisam produzir, eles próprios, todas as unidades que necessitam para a continuidade de suas operações. Eles operam num mundo sem o qual não poderiam existir, e suas operações pressupõem um acoplamento estrutural com o mundo (LUHMANN, 1997, p. 53).

Como aponta Luhmann (2009), a Teoria dos Sistemas tende a considerar apenas um dos lados da forma, o próprio sistema, em detrimento do outro lado, o meio. O autor sugere ainda que a discussão de temas da teoria da forma que incorporem essa dimensão subobservada da Teoria dos Sistemas poderia contribuir para a Teoria.

Com base nesse ponto, é possível construir a questão da pesquisa que orienta este trabalho. Se o sistema é uma forma de dois lados — sistema e meio — e se o lado do sistema define-se por suas operações, qual a contribuição do meio para a conformação do sistema? Mais especificamente: tomando-se o sistema turístico por objeto de análise deste trabalho, como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento?

Objetiva-se neste trabalho, então, analisar como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento. Para efetuar a distinção entre sistema e meio, optou-se por indicar a forma do sistema segundo critérios espaciais, tomando-se três escalas territoriais diferentes: macro (mundial); meso (nacional); e micro (regional/municipal). Quanto à observação da relação ambiente/sistema, tomou-se por ambiente o contexto capitalista global no qual se inserem os sistemas turísticos a partir do século XX, e analisaram-se as implicações decorrentes do posicionamento dos sistemas turísticos nesse ambiente.

2. O ambiente: a constituição da contradição centro versus periferia

A revolução industrial é normalmente responsabilizada pela onda de transformações econômicas e pelo destino dos povos modernos. Contudo, segundo Ribeiro (1979), outra importante razão se deve ao condicionamento das potencialidades de progresso dessa evolução tecnológica por dois fatores restritivos: a) de natureza estrutural, relativo às disputas entre patrões e empregados; b) de modos de integração dos povos na civilização industrial, por aceleração produtiva ou por atualização histórica³.

No entanto, para o autor, nenhuma dessas formas de condicionamento é inerente à revolução industrial, pois todas as revoluções tecnológicas anteriores difundiram-se por processos civilizatórios cuja capacidade de desenvolvimento vinculava-se ao caráter de sua estratificação social. Assim, as sociedades humanas evoluem por duas vias distintas, mas complementares. A primeira, mais rara, tende a desenvolver-se intensamente pelo domínio autônomo da nova tecnologia e pela subjugação dos povos sob os quais se impõe economicamente. A segunda via, mais frequente, corresponde à incorporação, ou atualização histórica, em que se é envolvido e dominado pela expansão de outros povos.

³ Darcy Ribeiro (1979) associa à aceleração produtiva a estruturação autônoma de uns povos, e à atualização histórica a conformação de outros povos como dependentes da prosperidade alheia.

Ribeiro (1979) analisa as revoluções tecnológicas mercantil, industrial e termonuclear para destacar os tipos de evolução sociocultural delas decorrentes, e o modo pelo qual as sociedades onde amadureceram provocaram expansão nas sociedades por elas influenciadas.

Quanto à revolução mercantil, para o autor, caracteriza-se principalmente pela navegação oceânica, pelas armas de fogo e pela metalurgia do ferro. Foram dois os processos civilizatórios decorrentes. O primeiro configurou por aceleração evolutiva os impérios mercantis da Península Ibérica e Rússia e por incorporação histórica as formações colonial-escravistas (Brasil) ou colonial-mercantis (feitorias asiáticas). Outro processo civilizatório teve por aceleração evolutiva as primeiras formações capitalista-mercantis (França, Inglaterra) e por incorporação histórica as formações colonial-escravistas (Antilhas), colonial-mercantis (Indonésia) e coloniais de povoamento (Estados Unidos).

Como desdobramento da expansão industrial, a partir do século XVIII, uma intensa acumulação de capital transforma os contornos do capitalismo e as formas de condicionamento do progresso das sociedades até então vigentes. A livre concorrência, descrita por Marx em *O capital*, e reconhecida pela imensa maioria dos economistas como uma “lei da natureza” (LENIN, 1979[1917]), será revista nesta obra como geradora de concentração da produção, que, em última instância, conduz ao monopólio. A fase monopolista do capitalismo, consolidada no século XX, caracteriza-se pela concentração industrial e pela expansão imperialista dos países hegemônicos (PAULA, 2005).

A acumulação, que nas economias autônomas conduziu à escassez de mão de obra, criando condições para que se dessem a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produziu, nas regiões periféricas, efeitos radicalmente diversos: engendrou a marginalização social e reforçou ou substituiu estruturas de dominação (FURTADO, 1995). Para Furtado (1995), são os problemas e as inquietações que começam a manifestar-se nos países subdesenvolvidos, especialmente nos da América Latina, que vão traçando a problemática do desenvolvimento econômico e renovando os conteúdos desse conceito.

A reflexão sobre desenvolvimento entra em cena no cenário mundial nos anos 1940, no contexto de reconstrução da Europa devastada pela guerra, período em que os países europeus, até então autônomos, passaram a sofrer de problemas similares aos de outras periferias: estrutura fundiária anacrônica, agricultura camponesa atrasada, desemprego e subemprego crônicos, e necessidade de um estado apto a enfrentar o desafio de estabelecer regimes democráticos capazes, simultaneamente, de conduzir a reconstrução do pós-guerra e de superar o atraso socioeconômico.

A partir de então, é possível destacar três correntes de pensamento acerca do desenvolvimento (SUNKEL, 1979). A primeira delas concebe o desenvolvimento como crescimento, definido em termos de renda por habitante e de taxa de crescimento. Nessa corrente, admite-se que o objetivo do desenvolvimento seja alcançar o mesmo tipo de sistema econômico, social e político

existente nos países de alto grau de desenvolvimento, ou seja, consiste em conceber o desenvolvimento como um processo de avanço no sentido do capitalismo maduro. Contudo desenvolvimento e crescimento distinguem-se, segundo Paul Singer (1982), pelo fato de o crescimento ser visto como um processo de expansão quantitativa, mais comumente observável nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos prevaletentes nos países subdesenvolvidos. Segue-se, então, o reconhecimento da natureza, e não do grau, entre os sistemas econômicos desses dois tipos de países.

Numa segunda corrente, desenvolvimento é visto como uma sequência de etapas históricas que são, em geral, as mesmas observáveis na evolução dos países centrais. Contudo, para Frank (1966), a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é apenas comparativa, resulta de um processo histórico de influência recíproca entre duas realidades, concomitante ao processo de fortalecimento do sistema capitalista. Lenin (1979[1917]), por sua vez, já denunciava a ideia, para ele profundamente errada, de que a supremacia do capital financeiro, característica da fase superior do capitalismo, o imperialismo, atenuaria as desigualdades e as contradições da economia mundial, pois para ele as reforça. Sua denúncia baseia-se no fato de que o processo de acumulação tendeu sempre a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma diversidade de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se, tanto entre as economias mundiais, como no próprio território nacional.

Denominada “estruturalista”, na terceira corrente, coloca-se a tônica da política de desenvolvimento num conjunto de reformas estruturais, na função do estado como orientador e promotor, e numa ampliação das modalidades de financiamento externo e do comércio internacional. Como consequência de certa frustração das políticas nacionais de desenvolvimento e da cooperação internacional, os especialistas chegaram à percepção de que esse conjunto de políticas foi esboçado com base em modelos demasiadamente simplistas e unilaterais. Esses teóricos questionam a razão de desempenhos tão diversos em diferentes partes da América e apontam como motivo a desvantagem relativa em razão do nível de vida inicial dos imigrantes e do transplante das estruturas aristocráticas da metrópole para as colônias (FRANK, 1980). Argumentos refutados por Ribeiro (1979), pois, como demonstrou, se trata de diferentes processos civilizatórios.

Novas abordagens, como o “novo desenvolvimentismo” de Bresser Pereira (2007), intitulado pelo autor de alternativa ao projeto neoliberal, e o “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen (2000), não consideram que se possa prescindir do uso dos mercados no processo de construção de um desenvolvimento substancial: na verdade, eles seriam indispensáveis como suporte. A estrutura capitalista de produção desse modo é mantida, e o que se apresentam são propostas de cunho mais liberalista ou mais sociodemocrata.

Outros teóricos, contudo, influenciados pelo movimento revolucionário iniciado por Marx e Engels, posteriormente revigorado por Lenin, Trotsky e outros, dedicaram-se a analisar o fenômeno do desenvolvimento não com base em uma análise histórica linear, ao contrário, com base em uma noção de totalidade, quer dizer, no conjunto das relações entre países.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (LOWY, 1998) jogaria luz nesse debate. O autor argumenta que, com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta e contraditória. Não é concebida a pertinência de um processo de desenvolvimento equilibrado no capitalismo e nem desequilibrado, pois o processo de avanço do capitalismo traz inerentemente a produção da miséria.

A Teoria da Dependência, mais tarde, retomaria as ideias de Trotsky. Seus teóricos buscam explicar os processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial. A dependência expressa subordinação, a ideia de que o desenvolvimento desses países está submetido ao desenvolvimento de outros países, e não forjada pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos; desse modo, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência.

Como desdobramentos da Teoria da Dependência, originam-se teorias correlatas, como a “nova dependência”, definida pela manutenção de capitais e atividades econômicas mais dinâmicas das economias nacionais periféricas nas mãos de empresas transnacionais que determinam, portanto, sua dinâmica interna; e a noção de subimperialismo, que seria a expansão pelo capitalismo nacional dependente de capitais para as economias vizinhas, uma vez que o mercado interno é suprimido pela superexploração do trabalho.

Percebe-se, portanto, que, apesar das transformações conceituais e estruturais por que passou a noção de desenvolvimento, sobrevivem em contextos mundial e regional profundas disparidades.

3. Relações ambiente versus sistema: implicações para os sistemas turísticos

Para discutir as implicações decorrentes do posicionamento do sistema turístico no ambiente, parte-se, inicialmente, de uma breve análise da constituição do ambiente de relações interdependentes que caracteriza o mundo globalizado no qual se inserem os sistemas turísticos. Tendo isso em mente, segue-se para a análise das relações entre o ambiente e o sistema em três níveis: o mundial (macro); o nacional (meso), tomando como objeto o Brasil; e o regional/municipal (micro), tendo por referência o Nordeste brasileiro e, ainda, o estado do Ceará.

3.1 Macroambiente

O debate acerca das formas de integração ao sistema capitalista mundial despertou também o interesse de alguns estudiosos do turismo. Montejano (2001), ao comparar o desenvolvimento da atividade turística em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, percebeu que a disposição desigual dos recursos (materiais, tecnológicos, informações, etc.) entre os países tem implicações no sistema turístico.

Ele subdividiu os países em quatro grupos: desenvolvidos; de desenvolvimento intermediário; em desenvolvimento ou subdesenvolvidos; e países de economia planificada.

Montejano (2001) percebeu que os países desenvolvidos (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Japão, etc.) são os principais emissores de turistas no mundo, também apresentam o maior gasto diário médio por viagem e, ao mesmo tempo, têm alta demanda no turismo interno, além de um elevado receptivo de turismo internacional.

Quanto aos países de desenvolvimento intermediário (Grécia, Turquia, Croácia, etc.), são predominantemente receptores e contam também com o mercado interno de turismo aquecido.

Já os países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, são predominantemente receptores e, segundo Montejano (2001), podem ser divididos em três grupos: o primeiro compõe-se daqueles países pequenos e especializados (Bahamas, Costa Rica, República Dominicana, etc.); o segundo, daqueles países pouco especializados, porém receptivos (China, Malásia, México); o terceiro, daqueles países de receptivo reduzido (Brasil, Bolívia, Equador, Nicarágua, Paraguai).

E mais: Montejano (2001) analisa o caso dos países de economia planificada, principalmente os do leste europeu, e observarem eles receptores e emissores. Diferem-se dos países desenvolvidos, pois, apesar de apresentarem emissão alta, são emissores, principalmente para os próprios países do leste europeu, e, além disso, registram baixo gasto médio por viagem.

Figura 1.3 Desenvolvimento dos países emissores e receptores de turismo internacional

Países desenvolvidos e emissores: <i>mais altas taxas de emissão; mais altos gastos turísticos; mais altas demandas internas; receptivo alto</i>	Países de desenvolvimento intermediário e receptores: <i>percentual alto das receitas turísticas mundiais; consumo interno alto</i>	Países em desenvolvimento e receptores: <i>pequenos e especializados; pouco especializados, mas receptivo; receptivo reduzido</i>	Países de economia planificada emissores e receptores: <i>emissão alta, para o leste europeu; baixo gasto</i>
--	---	---	---

Fonte: Adaptada de Montejano (2001)

Ouriques (2008), por sua vez, observa que, nos últimos cinquenta anos, os países subdesenvolvidos têm empreendido grande esforço (isenções, incentivos, doações de terra, etc.) para mudar esse cenário; contudo ainda não foi suficiente para alterar a estrutura mundial da economia turística. O autor analisa alguns números apresentados pela Organização Mundial do Turismo (OMT), relativos ao período de 1990-2004:

Quadro 1.1 Chegada de turistas por região do mundo

Região	1990	1995	2000	2004
Europa	60,45	58,24	57,55	55,38
EUA+Canadá	12,42	11,17	10,30	8,51
México+América Central	4,35	4,22	3,63	3,44
Caribe	2,59	2,59	2,48	2,36
América do Sul	1,76	2,17	2,21	2,09
Ásia+Oceania	12,77	15,30	16,19	18,98
África	3,47	3,78	4,11	4,50
Oriente Médio	2,19	2,53	3,52	4,73
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ouriques (2008, p.7)

Como é possível notar, a Europa concentra a maior parte do fluxo mundial de turistas (55,38%), seguida pelo conjunto composto pelo continente asiático e Oceania, que apresenta considerável aumento do número de turistas, o que se deve, principalmente, pelo crescimento do turismo na China, ocasionado, segundo Ouriques, de um lado, pela abertura político-econômica, promovida pelo país durante os anos 1980, e de outro, pela baixa valorização da moeda chinesa, que favorece o câmbio para os turistas. Europa, Estados Unidos e Canadá concentraram, em 2004, 63,89% do fluxo turístico mundial.

Já o conjunto composto pelo México, Caribe, América Central e América do Sul obteve desempenho relativamente constante durante o período analisado, variando de 8,7% em 1990 para 7,89% em 2004, ou seja, sua participação na distribuição do fluxo de turistas é consideravelmente modesta.

Quanto ao conjunto composto por África e Oriente Médio, percebe-se um incremento significativo do número de turistas, passando de 5,66% em 1990 a 9,23% em 2004 (aproximadamente 60% de aumento). Porém, é válido ressaltar que, mesmo tendo aumentado a porcentagem de sua participação na captação de fluxos turísticos mundiais, esse incremento, em valores absolutos, ainda é pequeno comparativamente aos índices de outras regiões.

Como consequência dessa distribuição do fluxo internacional de turistas, a distribuição da receita turística internacional também é desequilibrada entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Quadro 1.2 Receita turística internacional por região de destino (em%)

Região	1990	1995	2000	2004
Europa	52,89	51,66	48,28	51,01
EUA+Canadá	18,83	17,74	19,70	16,08
México+América Central	2,37	1,93	2,40	2,58
Caribe	3,23	2,98	3,56	2,99
América do Sul	1,83	1,75	1,91	1,84
Ásia+Oceania	17,20	19,65	18,73	20,62
África	2,37	2,07	2,18	3,15
Oriente Médio	1,90	2,66	3,65	4,04
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ouriques (2008, p. 9)

Como se vê na tabela, a Europa, os Estados Unidos e o Canadá, juntos, concentravam 71,16% das receitas mundiais em 1990, passando em 2004 a 64,96%. Apesar dessa redução, é ainda inegável a concentração das riquezas do setor nesses países.

Assim, o autor questiona, inclusive, o recorrente argumento de que o turismo, em si, leva ao desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento econômico parece, ao contrário, proporcionar condições para que o turismo se desenvolva.

Para reforçar esse argumento, ainda menciona que, na periferia do capitalismo, o turismo não se tem apresentado como uma base para o desenvolvimento e,

nos casos mais extremos, o turismo internacional impôs aos países emergentes uma forma de desenvolvimento do tipo neocolonial, isto é, retira poder dos níveis local e regional e o concentra nas mãos das companhias multinacionais (OURIQUES, 2008, p.12).

3.2 Mesoambiente

Os efeitos dos modos antagônicos de integração à civilização moderna, apresentados anteriormente, não se reproduziram apenas entre nações, mas também no interior delas. Nos países, algumas regiões de intensa produção expandem sua área de influência sobre zonas marginais dependentes (RIBEIRO, 1979). Desse modo, constituem-se regiões de intensa atividade econômica, onde há disponibilidade de produtos, serviços, trabalho e renda, e outras áreas, periféricas e dependentes desses centros produtivos, nas quais esses fatores são escassos.

Como consequência, não apenas o sistema turístico mundial é afetado por esse arranjo ambiental. Uma vez que tal arranjo se replica no interior dos países, suas implicações são sentidas também nos sistemas turísticos nacionais. Analisando-se o caso brasileiro, é possível perceber uma similaridade com os resultados apresentados por Montejano (2001) quanto à distribuição desigual dos fluxos entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

No Brasil, a região sudeste é o maior mercado emissor de turistas e concentra mais de 47% dos embarques aéreos realizados. Ao mesmo tempo, é também a região onde mais se recebem viajantes, pois detém mais de 47% dos desembarques nacionais. Apresenta, desse modo, comportamento semelhante ao dos países desenvolvidos analisados por Montejano (2001).

A região concentra também boa parte das receitas provenientes das atividades turísticas. Segundo o Ministério do Turismo, o mercado brasileiro de eventos gera receita de 2,9 bilhões de reais; no entanto, 75% dos eventos realizados no Brasil concentram-se em São Paulo. Outro segmento restrito ao mercado do Sudeste é o setor náutico, que gera receita de quinhentos milhões de dólares por ano no Brasil — mais de 70% dessa atividade ali está concentrada, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Já o Nordeste é a segunda região que mais recebe turistas no País, o que equivale a quase 20% dos desembarques nacionais e corrobora o argumento de Montejano (2001) quanto à tendência receptora das áreas subdesenvolvidas.

Por outro lado, a região nordeste é também a segunda maior emissora, registrando mais de 19% dos embarques aéreos do País. Percebe-se, de modo geral, certa homogeneidade nos fluxos emissores e receptivos nas regiões brasileiras no ano de 2010.

Quadro 1.3 Embarques e desembarques regulares por região do Brasil — 2010

Brasil	Embarque	68.766.042	100%
	Desembarque	68.258.268	100%
Norte	Embarque	4.228.970	6,1%
	Desembarque	4.128.594	6,0%
Nordeste	Embarque	13.408.921	19,5%
	Desembarque	13.421.762	19,6%
Sudeste	Embarque	32.622.413	47,4%
	Desembarque	32.433.011	47,5%
Sul	Embarque	8.555.832	12,4%
	Desembarque	8.442.181	12,3%
Centro-Oeste	Embarque	9.949.906	14,4%
	Desembarque	9.832.720	14,4%

Fonte: Elaborado com base em dados do Ministério do Turismo

Analisando-se resultados anteriores, entretanto, percebe-se que essa homogeneidade dos fluxos emissivos e receptivos em todas as regiões é um fenômeno recente. Ao considerarem-se dados de 2004, visualiza-se outro cenário. Nesse ano, a região nordeste contava com apenas 4,9% dos embarques nacionais e 4% dos desembarques (voos regulares). Quanto aos voos não regulares (fretamentos, aluguel de aeronaves, voos particulares), em que o percentual de viajantes para turismo é predominante, vê-se que, nesse ano, o Nordeste brasileiro recebeu 65% dos desembarques nacionais, o que vai de encontro aos resultados de Montejano (2001) quanto à predominância do turismo receptivo em regiões subdesenvolvidas.

Quadro 1.4 Embarques e desembarques regulares e não regulares no Brasil e, especialmente, no Nordeste brasileiro — 2004

Região	Embarque			Desembarque		
	Regular	Não Regular	Total	Regular	Não Regular	Total
Nordeste	230.099	212.895	442.994	235.410	214.975	450.285
Brasil	4.680.891	321.257	5.002.148	5.810.944	327.273	6.138.217

Fonte: Adaptado de Dantas (2007, p.22)

Mas, como se vê, esse cenário está-se modificando. Nos últimos anos, os fluxos emissivo e receptivo vêm-se homogeneizando em todas as regiões do País, resultado de uma redistribuição dos fluxos turísticos. O acompanhamento dessas transformações do ambiente é vital para a adequação dos sistemas turísticos.

3.3 Microambiente

Ao focalizar-se ainda mais a análise, percebe-se que, numa região, o desenvolvimento do turismo também ocorre de maneira heterogênea. Ao tomar como caso de estudo a região nordeste do Brasil, Dantas (2007) percebe que não apenas os fluxos são dispersos, mas também os investimentos, os projetos públicos e os incentivos à iniciativa privada, pois não são distribuídos para os estados da região de maneira equânime, isto é, igualitária.

Dantas (2007) comenta que, na primeira fase do PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), até o ano de 2005, os investimentos previstos para os estados nordestinos aproximavam-se de novecentos milhões de reais, as maiores parcelas distribuídas para os estados da Bahia (trezentos milhões de reais) e Ceará (160 milhões de reais), totalizando 51% do montante total de recursos. Quando analisados os recursos investidos pelos governos locais em parceria com organismos regionais e nacionais, os estados da Bahia e do Ceará prosseguiram na liderança, concentrando 56,21% do total.

Quanto aos investimentos privados no turismo, relacionados com os investimentos públicos em infraestrutura básica (redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública, vias de circulação) e em apoio ao turismo (sinalização, estabelecimento de informação e apoio ao turista), ao observar o setor hoteleiro, Dantas (2007) conclui que as cidades com maior número de estabelecimentos hoteleiros são justamente as capitais dos estados da Bahia (Salvador) e do Ceará (Fortaleza).

Dantas (2007) dedica-se, ainda, a estudar mais especificamente o estado do Ceará e percebe que os investimentos públicos são direcionados de maneira diferenciada para as parcelas do território. Acompanhando os objetivos do PRODETUR de instalação de infraestrutura no litoral oeste cearense, zona turística considerada prioritária no Programa, Fortaleza, como capital, destaca-se na recepção de investimentos estaduais, principalmente em função da construção de um aeroporto internacional e de rodovias litorâneas.

O autor percebe que, de modo geral, os resultados dos investimentos públicos (aeropor-tos, vias litorâneas) e privados (notadamente os empreendimentos hoteleiros) no estado do Ceará são condições para atração e distribuição dos fluxos turísticos no Nordeste. Contudo observa que esses fluxos permanecem concentrados principalmente nas capitais nordestinas e pouco alcançam outros destinos litorâneos, menos ainda os não litorâneos.

Tendo em vista o contexto em que se inserem os sistemas turísticos, a questão que se coloca refere-se às potencialidades do sistema turístico em transformar a história de regiões e nações subdesenvolvidas por meio de uma inserção ativa e autônoma na dinâmica do ambiente, capaz de transformar os quadros socioeconômicos desses destinos e promover um desenvolvimento endógeno e sustentado, de modo a diminuir — e quiçá superar — a desigualdade de condições existente entre centros e periferias.

4. Conclusão

Neste trabalho, há um propósito de analisar como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento. Assim, partiu-se da proposição de Luhmann (2009) de que os sistemas são dinâmicos, vistos tanto da perspectiva do funcionamento interno, como das relações com o ambiente.

Visto que o sistema precisa responder a exigências funcionais, e essas exigências derivam de relações com um ambiente, buscou-se investigar como o ambiente pode interferir nas operações do sistema, apesar da defesa de Luhmann de que o sistema deve, por si mesmo, realizar operações autoconstitutivas ou autopoieticas.

Essa iniciativa de investigação do ambiente surgiu em função de uma proposição de Luhmann quanto à forma do sistema. Para o autor, mesmo a forma composta de dois lados — o sistema e o meio — frequentemente é analisada na Teoria dos Sistemas considerando-se apenas um dos lados — o sistema —, sendo o ambiente preterido do debate acerca de como o sistema é levado a responder a exigências funcionais.

No intuito de analisar como o meio pode exigir do sistema turístico respostas operacionais de funcionamento, estudaram-se três possíveis sistemas turísticos, indicados por parâmetros espaciais, de escala mundial (macro), nacional (meso) e regional/municipal (micro). Quanto ao meio, as discussões teóricas acerca dos modos de integração dos povos na civilização moderna permitiram compreender como se constituiu o ambiente de múltiplas relações em que se inserem os sistemas turísticos na atualidade. A partir daí, foi possível perceber que, ao mesmo tempo em que são interdependentes, as relações entre o ambiente e os diferentes sistemas turísticos são desiguais, pois os recursos (materiais, tecnológicos, informações, etc.) aos quais podem recorrer os sistemas turísticos estão dispostos desigualmente no ambiente.

Foi possível perceber que o ambiente é capaz não só de influenciar os sistemas turísticos e neles interferir, afetando seu funcionamento, como de distinguir os sistemas turísticos entre si. Desse modo, surgem algumas questões: o sistema turístico é capaz de organizar-se e escolher as próprias estruturas? A realização de operações autopoieticas é inerente aos sistemas, devendo ser tratada como princípio na Teoria dos Sistemas, ou são inerentes aos sistemas autopoieticos, assim definidos se da mesma forma se caracterizam suas operações?

O sistema turístico, como ficou evidente, não é um sistema autopoietico, em que o acoplamento estrutural atua apenas estimulando as operações, em vez disso, é capaz de determinar quais, como e onde as operações serão processadas. Desse modo, a forma do sistema turístico não é autorreferenciada, mas referenciada por dinâmicas alheias ao sistema.

5. Referências

- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2001.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Dados e fatos**. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuxrio_Estatxstico_2011_-_Ano_base_2010_-_24-05-2011.pdf. Acesso em: 27 jul. 2011.
- _____. **Notícias**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100410-2.html. Acesso em: 29 jul. 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, vol. 47, n.o 1, 1996.
- _____. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, E. (Org.). *Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- COHN, G. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, n.o 38, 1998.
- COOPER, C.; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo: princípios e práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DANTAS, E. W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. **Revista Espaço e Tempo**, n.o 22, 2007.
- FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. Brasil: Brasiliense, 1980.
- _____. Do desenvolvimento e subdesenvolvimento. **Monthly Review**, p. 17-67, 1966.
- FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 15, n.o 2 (58), 1995.
- KATZ, D.; KAHN, R.L. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1976.
- LENIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.
- LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, 1998.
- LUHMANN, N. **A nova Teoria dos Sistemas**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Goethe-Institut, 1997.
- _____. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. The world society as a social system. **General Systems**, vol. 8, 1982.
- MARX, K. **El Capital: el proceso de producción del capital**. 26. ed. México: Siglo XXI, 2005.
- MONTEJANO, J. **Estructura del mercado turístico**. Madrid: Síntesis, 1991.
- PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

- RIBEIRO, D. **O dilema da América Latina**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- RUIZ, R. M.; DOMINGUES, E. P. Aglomerações econômicas no Sul-Sudeste e no Nordeste brasileiro: estruturas, escalas e diferenciais. **Revista Estudos Econômicos**, vol. 38, n.º 4, 2008.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SUNKEL, O. **O subdesenvolvimento latino-americano e a Teoria do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum, 1979.
- VON BERTALANFFY, L. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

Mariana Pereira Chaves Pimentel

Professora do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais-IFMG, Campus Santos Dumont
Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2011)
Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais
Mariana.pimentel@ifsudesteme.edu.br

Thiago Duarte Pimentel

Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora
Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais
thiagodpimentel@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora
Departamento de Turismo, ICH, sala A-IV-46
R. José Lourenço Kelmer, Campus Universitário, São Pedro, CEP 36036-330

Alexandre de Pádua Carrieri

Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais
Coordenador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS)
Pesquisador do CNPq
Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
alexandre@face.ufmg.br
Universidade Federal de Minas Gerais - CEP 31270-901- Belo Horizonte/MG